

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 6.

Ao longo de milênios os homens e os animais aperfeiçoaram os modos de se proteger de variadas ocorrências que poderiam dar-lhe desconfortos, problemas físicos, desamparo ou prejuízos no cotidiano. Desde as cavernas até os edifícios de muitos andares, passando por habitações individuais, os abrigos sempre foram os refúgios contra intempéries ou animais ferozes, fazendo com que as pessoas se considerassem seguras ou a salvo de agressões, do frio congelante ou outros eventos previsíveis ou de cunho sazonal.

A necessidade de moradia faz da casa uma necessidade dos habitantes de qualquer cidade contemporânea. O problema poderá ser mais perceptível em grandes aglomerados, as metrópoles, onde a periferia urbana se estende pelo território que, devido à ocupação desenfreada, não enseja a mesma velocidade por parte dos governantes para atender a aspiração de habitações. Também nesse sentido, não se notam programas que venham atender essa demanda, o que faz com que muitos optem pelo abrigo improvisado sob viadutos ou à margem de grandes rodovias ou dos principais eixos de circulação, onde os trabalhadores esperam o transporte para se deslocar para o trabalho nas primeiras horas da manhã ou para o retorno à casa no fim do dia.

Aldo Paviani. **Preservar abrigos é necessidade dos seres vivos.**
Internet: <correiobrasiliense.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, os abrigos surgiram como uma espécie de fuga dos perigos ou intempéries que podiam causar desconfortos, problemas físicos, desamparo ou prejuízos à vida dos seres humanos.
- 2 Infere-se do texto que é mais comum encontrar abrigos improvisados nas grandes metrópoles devido à extensão de sua periferia e aos poucos programas sociais voltados ao povo e sua carência por habitação.
- 3 No primeiro período do primeiro parágrafo é gramaticalmente correta a colocação do pronome oblíquo átono em “poderiam dar-lhe” como **lhe poderiam dar**.
- 4 No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “cavernas” e as expressões “edifícios de muitos andares” e “habitações individuais” são semanticamente relacionados.
- 5 No terceiro período do segundo parágrafo, na oração “Também nesse sentido, não se notam programas” o vocábulo “se” tem o papel de indeterminar o sujeito.

- 6 Na oração “para se deslocar para o trabalho nas primeiras horas da manhã” (terceiro período do segundo parágrafo) os dois usos da palavra “para” são semanticamente distintos.

Texto para os itens de 7 a 16.

A arquitetura hostil, como se convencionou chamar, é um conjunto de dispositivos construtivos que têm como objetivo impedir a permanência de pessoas, especialmente daquelas em situação de rua, em bancos de praças, espaços residuais em fachadas e demais áreas livres do espaço público. Uma ideia ultrapassada, pautada na especulação imobiliária, onde se acredita que a remoção dessas pessoas valoriza o entorno e, conseqüentemente, aumenta o valor dos imóveis da região, a chamada gentrificação.

Se a base da arquitetura é o abrigo e o ofício do Arquiteto e Urbanista é justamente propor espaços de bem-estar e acolhimento, impedir o uso de espaços públicos é, definitivamente, uma antiarquitetura. Essa prática está presente em diversas cidades mundo afora, com a instalação de cacos de vidro, pedras, barreiras, peças pontiagudas e outros elementos que hostilizam o usuário e reforçam a mensagem de que “esse lugar não é para você”. No Brasil, esse debate ganhou força apenas nos últimos anos.

Além de não resolver a complexa questão das pessoas em situação de rua, a arquitetura hostil influencia na relação do indivíduo com o espaço público e impede que seus equipamentos sejam plenamente utilizados, afinal, uma simples atividade como se sentar em um banco para descansar e desfrutar da sombra de uma árvore é prejudicada pela inserção desses elementos. Sem a liberdade de utilizar os espaços públicos, todos nós perdemos. Nossas cidades tornam-se mais frias, agressivas e excludentes. Nossas praças e calçadas são apenas locais de passagem.

Carol Bernardo e Tamires de Alcântara. **A quem pertencem nossas cidades?**

Internet: <blog.archtrends.com> (com adaptações).

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

- 7 A arquitetura hostil é consequência da especulação imobiliária e é contra a existência de pessoas em situação de rua.
- 8 No Brasil, havia o debate acerca da arquitetura hostil, mas ele se intensificou nos últimos anos.

- 9 De acordo com o texto, a arquitetura hostil é ineficaz e, além disso, cria um problema para a relação dos cidadãos com os espaços públicos.
- 10 Predominam no texto as tipologias textuais expositiva e argumentativa.

Considerando-se os aspectos gramaticais do texto, julgue os itens a seguir.

- 11 No primeiro parágrafo do primeiro período, a oração “como se convencionou chamar” tem o papel de comparar situações.
- 12 Palavras como “ultrapassada” (segundo período do primeiro parágrafo) e “anti-arquitetura” (primeiro período do segundo parágrafo) expressam o juízo de valor das autoras acerca da arquitetura hostil.
- 13 O vocábulo “que” (segundo período do segundo parágrafo) é um pronome relativo que atua na coesão textual.
- 14 No trecho “é prejudicada pela inserção desses elementos” (primeiro período do terceiro parágrafo) a palavra “prejudicada” é um adjetivo que funciona como predicativo.
- 15 O emprego da vírgula que ocorre após a palavra “públicos” (segundo período do terceiro parágrafo) é opcional.
- 16 No terceiro período do terceiro parágrafo, as palavras “frias”, “agressivas” e “excludentes” são usadas em seu sentido denotativo.

Com base nas características formais e linguísticas das comunicações oficiais, julgue os itens seguintes.

- 17 Quando o remetente escreve um documento oficial que segue o padrão ofício para um destinatário de hierarquia inferior a dele, esse documento deve empregar o fecho mais neutro **Respeitosamente**.
- 18 Em uma comunicação oficial, endereçamento e o pronome de tratamento usados para um ministro de Estado são diferentes daqueles usados para um deputado federal.
- 19 Dado seu caráter inclusivo, as comunicações oficiais são contrárias ao emprego de termos técnicos.
- 20 Os documentos antigamente conhecidos como aviso e memorando foram substituídos pelo termo ofício.

Três amigas, Ana, Beatriz e Cecília, são fãs de Arnold Schwarzenegger. Cada uma delas tem como filme favorito, de forma distinta, um dos seguintes títulos: O Exterminador do Futuro 2, O Predador e O Último Grande Herói.

Considerem-se as proposições a seguir.

- O filme favorito de Ana é O Predador.
- O filme favorito de Beatriz não é O Predador.
- O filme favorito de Cecília não é O Último Grande Herói.

Com base nessa situação hipotética e admitindo-se que exatamente uma dessas três proposições é verdadeira, julgue os itens a seguir.

- 21 O filme favorito de Ana é O Predador.
- 22 O filme favorito de Beatriz é O Último Grande Herói.

- 23 O filme favorito de Cecília é O Exterminador do Futuro 2.

Em um curso de gastronomia maranhense, 40 participantes foram entrevistados acerca de quais dos seguintes pratos típicos gostariam de aprender a preparar: arroz de cuxá, torta de camarão e peixada maranhense. O resultado foi:

- 18 gostariam de aprender arroz de cuxá;
- 20 gostariam de aprender torta de camarão;
- 22 gostariam de aprender peixada maranhense;
- 8 gostariam de aprender arroz de cuxá e torta de camarão;
- 10 gostariam de aprender torta de camarão e peixada maranhense;
- 7 gostariam de aprender arroz de cuxá e peixada maranhense; e
- 5 gostariam de aprender os três pratos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 24 O número de participantes que não gostariam de aprender nenhum dos três pratos é igual a 2.
- 25 O número de participantes que desejam aprender exatamente um prato é 25.
- 26 Sabendo-se que um participante deseja aprender torta de camarão, a probabilidade de que ele também queira aprender peixada maranhense é igual a 50%.
- 27 $\frac{1}{5}$ dos participantes que desejam aprender exatamente dois pratos gostariam de aprender arroz de cuxá e peixada maranhense.

Um bibliotecário notou que Gael, um aluno que se prepara para uma prova, passou 10 dias consecutivos estudando na biblioteca, anotando o número de horas de estudo de cada dia conforme a tabela seguinte.

DIA	HORAS ESTUDADAS
1	2
2	5
3	5
4	5
5	3
6	8
7	7
8	5
9	6
10	4

Com base nessa situação hipotética e nos dados apresentados, julgue os itens a seguir.

- 28 A mediana do número de horas estudadas por Gael nesses dez dias é igual a 6.
- 29 A média aritmética do número de horas estudadas por Gael nesses dez dias é igual a 5,0.
- 30 A variância do número de horas estudadas por Gael nesses dez dias é igual a 3,2.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca do Google Meet, do sistema operacional iOS e dos conceitos de redes de computadores, julgue os itens seguintes.

- 31 O Google Meet permite a criação de reuniões com *links* únicos que podem ser reutilizados posteriormente para encontros recorrentes.
- 32 O Google Meet exige que todos os participantes tenham contas do Google ativas para ingressar em reuniões, mesmo quando o acesso é liberado pelo anfitrião.
- 33 O iOS é conhecido por sua integração com dispositivos da Apple, como iPads, Apple Watch e MacBooks, possibilitando continuidade de tarefas entre os aparelhos.
- 34 Dispositivos com iOS podem instalar atualizações do sistema operacional automaticamente mesmo com a bateria abaixo de 10%, desde que estejam conectados ao *wi-fi*.
- 35 O endereço IP é utilizado para identificar dispositivos em uma rede, e o modelo IPv4 suporta cerca de 4 bilhões de endereços únicos.

No que diz respeito aos *sites* de busca e pesquisa na Internet, ao armazenamento em nuvem (Google Drive) e à computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 36 Motores de busca na Internet, como Google e Bing, utilizam robôs chamados *crawlers* para indexar páginas e apresentar resultados relevantes às consultas dos usuários.
- 37 Os algoritmos de ranqueamento utilizados por mecanismos de busca consideram apenas a frequência de palavras-chave na página para ordenar os resultados apresentados ao usuário.
- 38 Ao compartilhar um arquivo no Google Drive com permissões de editor, o destinatário pode modificar o conteúdo do arquivo, mas não pode excluí-lo da conta do proprietário.
- 39 Computação em nuvem é, por definição, um modelo que exige pagamento por tempo de uso, não sendo possível utilizar serviços gratuitos nesse tipo de arquitetura.
- 40 O modelo de nuvem conhecido como PaaS (Plataforma como Serviço) fornece acesso direto ao *hardware* físico remoto para que o desenvolvedor configure o ambiente de execução do zero.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

À luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), julgue os itens a seguir.

- 41** O servidor público deve adotar uma interpretação estrita das normas do Código de Ética, afastando considerações pessoais, pois a Administração Pública deve agir apenas conforme o que está previsto na lei, sem levar em conta valores que não estejam expressamente nela contidos.
- 42** A atuação da comissão de ética dependerá de autorização judicial prévia e devidamente fundamentada.

Um agente público revelou fatos de que tinha ciência em razão das atribuições de seu cargo, mas que deveria ter mantido em segredo, a um empresário, propiciando o benefício deste em razão da informação privilegiada.

Com base nessa situação hipotética e considerando a Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 43** Caso fique comprovado que o agente público agiu culposamente não estará configurado ato de improbidade administrativa.
- 44** A ação de improbidade administrativa será proposta tanto pelo ministério público quanto pela pessoa jurídica interessada.
- 45** O ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública prescinde de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para ser passível de sanção e depende do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- 46** Caso fique demonstrado que o agente público praticou ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito para o terceiro, ele será punido com a perda do cargo, a suspensão dos direitos políticos por até 6 anos, sem prejuízo de reparação ao erário.
- 47** A eventual responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa afasta a responsabilização do particular que obteve proveito com a informação, em razão da inexistência de vínculo jurídico entre este e a Administração Pública.

Com base nos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 48** A instituição de cotas em concursos públicos tem por objetivo assegurar a aplicação efetiva do princípio da isonomia em sua dimensão substancial.

- 49** O princípio da legalidade estrita impõe ao agente público subordinação irrestrita não apenas à lei, mas também ao bloco de juridicidade, o que afasta a rigidez desse princípio. Assim, havendo conflito entre diplomas normativos, caberá ao agente escolher qual aplicar, sem possibilidade de intervenção judicial nesse aspecto.

Um cidadão, sentindo-se prejudicado pela Administração Pública, apresentou requerimento para impugnar ato emanado da secretaria de obras do município x. Segundo relatou, há aproximadamente dois anos obteve autorização para ampliar sua residência, mas, em razão de mudança de entendimento imotivada quanto ao padrão construtivo, recebeu ordem de demolição a ser cumprida no prazo improrrogável de dez dias, sob pena de multa e demolição compulsória em caso de descumprimento.

Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 9.784/1999 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 50** A decisão emanada pela secretaria municipal viola o princípio do devido processo legal, uma vez que não foi assegurado ao cidadão o direito amplo defesa e o contraditório.
- 51** O ato da Administração Pública não afrontou o princípio da segurança jurídica, pois o cidadão não possui direito adquirido em relação às normas administrativas.
- 52** Caso seu requerimento seja indeferido pela autoridade administrativa, caberá recurso hierárquico.
- 53** A decisão da Administração apresenta vício de motivação, uma vez que todo ato que negue, restrinja ou afete direitos ou interesses deve, obrigatoriamente, ser motivado.
- 54** Ao alterar seu entendimento, a Administração Pública exauriu sua atuação quanto à prática do ato, restando apenas ao interessado recorrer ao Poder Judiciário para a defesa de seu direito.
- 55** A autoridade administrativa perante a qual o interessado deve requerer a revogação do ato administrativo é o Ministério Público Estadual, cuja atribuição consiste em proteger os interesses da coletividade.

Quanto à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e ao Decreto nº 7.724/2012, que a regulamenta, julgue os itens a seguir.

- 56** A autenticidade é a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- 57** A critério da Administração Pública e desde que o pedido seja fundamentado e por escrito, qualquer interessado poderá ter acesso a informação de interesse público.

- 58** O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.
- 59** O prazo máximo para classificação de informações no grau reservado será de cinco anos.
- 60** Para a classificação da informação em grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível.

Acerca da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), julgue os itens a seguir.

- 61** A proteção de dados pessoais, conforme prevista na legislação, é incompatível com o exercício da liberdade de expressão e de informação.
- 62** Os dados pessoais serão armazenados em formato que favoreça o exercício do direito de acesso.
- 63** O princípio do livre acesso impõe aos agentes de tratamento a obrigação de assegurar o acesso às informações pessoais constantes em seus bancos de dados a quaisquer interessados.
- 64** O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.
- 65** A autoridade nacional é composta dos agentes de tratamento de dados pessoais.

No que se refere à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e ao Decreto nº 11.129/2022, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, julgue os itens a seguir.

- 66** As sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas, dentro do respectivo contrato, respondem solidariamente pelos atos previstos na Lei Anticorrupção, estando essa responsabilidade restrita ao pagamento da multa e à reparação integral do dano.
- 67** No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica o prazo de 60 dias para apresentação de defesa, contados a partir da instauração do processo.
- 68** A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.
- 69** A pessoa jurídica não poderá acompanhar o processo administrativo de responsabilização (PAR), em razão da natureza sigilosa do procedimento.
- 70** Após a análise de regularidade e mérito, o processo administrativo de responsabilização (PAR) será encaminhado à autoridade competente para julgamento, o qual será precedido de manifestação jurídica, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da NBR 15575:2021 que estabelece os requisitos e critérios de desempenho aplicáveis às edificações habitacionais, julgue os itens a seguir.

- 71** Quando forem considerados valores de vida útil de projeto (VUP) superiores aos mínimos normativos, estes devem estar explicitamente indicados nos projetos e(ou) no memorial de cálculo.
- 72** Não há exigência de iluminância mínima natural em banheiros, sendo possível a ventilação e iluminação exclusivamente artificiais nesses ambientes.
- 73** A altura mínima de pé-direito estabelecida em norma é 2,30 m.
- 74** A atualização de edifícios ou sistemas por meio da incorporação de novas tecnologias, visando à valorização do imóvel, mudança de uso, aumento da vida útil e eficiência operacional e energética é denominada *retrofit*.
- 75** Os desempenhos térmico, acústico e lumínico são requisitos do usuário relativos à habitabilidade segundo a NBR 15575.

A respeito do tema acessibilidade e da norma NBR 9050:2020, que estabelece critérios para garantir a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, julgue os itens seguintes.

- 76** O termo pessoa com deficiência (PCD) é o mais adequado atualmente, pois evita conotações negativas e discriminatórias ao priorizar a pessoa em vez da deficiência.
- 77** Edificações tombadas podem ser reformadas de forma a garantir a acessibilidade, desde que respeitadas algumas condições. O tombamento por si só não caracteriza impraticabilidade.
- 78** A rota acessível é o trajeto sinalizado e conduzido por piso tátil nos ambientes externos e internos de espaços e edificações.
- 79** Desníveis entre $5 < x \leq 20$ mm são permitidos, uma vez que rampeados com inclinação máxima de 1:2 (50 %) e não são considerados degraus.
- 80** Os corrimãos em escadas e rampas devem ter prolongamento de 20 cm em suas extremidades.

Com base na ética profissional e na legislação que regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 81** O arquiteto e urbanista não está obrigado a acompanhar pessoalmente a execução de projeto de sua autoria, nem a designar um preposto específico para assegurar a conformidade da obra com o projeto original.
- 82** Compete ao CAU/BR representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos federais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo.

- 83** Nas atividades em áreas de atuação compartilhadas com outras profissões, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado ou do Distrito Federal fiscalizará o exercício profissional de todas as disciplinas em conjunto.
- 84** Para se obter registro no CAU é necessário diploma de graduação em arquitetura e urbanismo, emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada e autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil.
- 85** Profissionais estrangeiros sem domicílio no País poderão obter registro no CAU dos Estados ou do Distrito Federal por tempo indeterminado, em caráter excepcional.
- 86** O Código de Ética e Disciplina do CAU/BR tem como funções principais a educacional preventiva, que orienta a respeito da dignidade da profissão e os deveres dos arquitetos e urbanistas e a coercitiva, que repreende condutas inadequadas dos profissionais.
- 87** Constituirá infração disciplinar o ato profissional de reprodução de projeto, trabalho técnico ou criação de autoria de terceiros, ainda que tenha autorização do titular dos direitos autorais.
- 88** As regras do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, quando descumpridas, não pressupõem cominação de sanção.

Com base no registro e nas atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas, julgue os itens a seguir.

- 89** As pessoas jurídicas registradas nos CAU/UF estão obrigadas a remunerar os arquitetos e urbanistas contratados, com formação universitária de quatro anos ou mais, em pelo menos seis vezes o salário mínimo vigente no país, para uma jornada de seis horas diárias, conforme determina a Lei nº 4.950-A/1966.
- 90** Para fins de registro no CAU, o arquiteto e urbanista pode assumir responsabilidade técnica por até três pessoas jurídicas, incluindo filiais, sociedades personificadas e seções técnicas.
- 91** O arquiteto e urbanista regularmente registrado no CAU deve, obrigatoriamente, constituir pessoa jurídica individual para exercer atividades profissionais.
- 92** O projeto de sistema viário urbano constitui área de atuação privativa do arquiteto e urbanista, competência e habilidade adquiridas durante sua formação profissional.
- 93** O registro profissional poderá ser requerido, em caráter definitivo, quando apresentado o certificado de conclusão de curso ou diploma de graduação.

Referente à responsabilidade técnica dos arquitetos e urbanistas e das regras relacionadas a anuidades, revisão, parcelamento e ressarcimento, julgue os itens seguintes.

- 94** É obrigatória a afixação de placa com a identificação dos responsáveis técnicos em obras e serviços de arquitetura e urbanismo, devendo permanecer no local desde o início até a baixa do registro de responsabilidade técnica (RRT).

- 95** O RRT, conforme se constitua de uma ou mais atividades técnicas, será feito sob uma das modalidades: simples, múltiplo mensal, mínimo, derivado e social.
- 96** Na modalidade de RRT de equipe, quando dois ou mais arquitetos e urbanistas executam conjuntamente a mesma atividade técnica, um deles deve emitir o RRT inserindo os demais participantes, que assumem corresponsabilidade solidária pela atividade.
- 97** Na modalidade de RRT mínimo, as atividades técnicas poderão ser vinculadas a mais de um contratante e endereço de obra ou serviço.
- 98** A pessoa jurídica que possui uma filial localizada na mesma unidade da Federação da matriz deverá pagar duas anuidades ao CAU, ainda que a filial não tenha capital social destacado.
- 99** A interrupção do registro não será deferida no caso de existência de débitos.
- 100** Pessoas jurídicas com um único sócio arquiteto e responsável técnico, e profissionais em licença parental, têm direito a 90% de desconto na anuidade.

Considerando a Resolução CAU/BR nº 198/2020 que estabelece normas acerca da fiscalização do exercício profissional da arquitetura e urbanismo a cargo dos CAU/UF e CAU/BR, as ações de natureza educativa, preventiva, corretiva e punitiva, os procedimentos para instauração, instrução e julgamento de processos e para aplicação de penalidades por infração à legislação vigente, julgue os itens a seguir.

- 101** As multas por infração ao exercício profissional serão aplicadas individualmente, de forma fundamentada, exclusivamente pelo plenário dos CAU/UF, com base na avaliação dos critérios estabelecidos.
- 102** A omissão de responsável técnico em publicação constitui infração grave.
- 103** A emissão de três ou mais notificações, em datas diferentes, baseadas na mesma infração no prazo de um ano, caracteriza indício de infração ético-disciplinar.
- 104** A ausência de responsável técnico ou a designação de profissional não registrado no CAU para atividades técnicas configura infração grave.
- 105** Caso a pessoa física ou jurídica já tenha sido notificada por infração com a mesma capitulação no último ano, o agente de fiscalização poderá lavrar diretamente o auto de infração.

Com base no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole, julgue os itens seguintes.

- 106** As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano de desenvolvimento urbano integrado, aprovado mediante lei estadual, eximindo o município integrante da região metropolitana ou aglomeração urbana da formulação do respectivo plano diretor.
- 107** Municípios com áreas de especial interesse turístico devem elaborar plano diretor, mesmo que tenham menos de 20 mil habitantes.

- 108** Operação urbana consorciada é um conjunto de ações coordenadas entre o poder público municipal e a iniciativa privada para promover transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.
- 109** A criação de região metropolitana ou aglomeração urbana só poderá envolver municípios pertencentes a um mesmo estado.
- 110** A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará a prevalência do interesse comum no que diz respeito ao local.

De acordo com a legislação urbanística vigente, julgue os itens a seguir, especialmente no que se refere ao parcelamento do solo e à mobilidade urbana.

- 111** Em loteamentos ao longo das rodovias, a faixa não edificável de 15 metros de cada lado poderá ser reduzida, por lei municipal ou distrital que aprove o instrumento de planejamento territorial, até o limite de 5 metros.
- 112** A infraestrutura mínima exigida para parcelamentos situados em Zonas Habitacionais de Interesse Social (ZHIS) são vias de circulação, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar.
- 113** A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada no princípio da acessibilidade universal.
- 114** Municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar e aprovar Plano de Mobilidade Urbana.
- 115** Os meios de transporte não motorizados devem ter prioridade sobre os motorizados e o transporte individual motorizado sobre os serviços de transporte público coletivo.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 116** O princípio da legalidade, na Administração Pública, determina que o administrador só pode agir de acordo com o que está previsto em lei.
- 117** A administração indireta é composta por entidades com personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 118** O ato administrativo discricionário está isento de qualquer controle judicial, por se tratar de juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- 119** Quando uma empresa realiza uma licitação para a aquisição de um serviço comum, adotando os critérios de menor preço ou maior desconto, está efetuando um diálogo competitivo.
- 120** Na contratação integrada o projeto básico é realizado pelo contratado e não pela Administração, mas cabe a ela aprová-lo.